

CONHECIMENTO FEMININO REFERENTE AOS RISCOS CAUSADOS PELO USO ERRÔNEO DOS ANTICONCEPCIONAIS ORAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Débora Alice Lima Costa de Santana ¹;
Larissa Layne Soares Bezerra Silva ^{2*}

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (FACOTTUR) – Olinda- PE

² Docente da Faculdade de Comunicação e Turismo de Olinda (FACOTTUR) – Olinda- PE

*Autor para correspondência – e-mail: larissa.layne@prof.facottur.org

RESUMO

O objetivo desse estudo foi de identificar o conhecimento feminino referente aos riscos à saúde causado pelo uso incorreto e prolongado dos anticoncepcionais orais, como também buscou evidenciar a oferta de tais informações, por parte da equipe de saúde, no planejamento familiar das unidades básicas de saúde. A pesquisa foi realizada no período de julho à novembro de 2021, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online, Literatura Latino-Americana e do Caribe de informação em Ciências da saúde e Biblioteca Virtual em Saúde. Foram incluídos 5 artigos nesse trabalho. Observou-se que a carência no conhecimento sobre os riscos no uso errôneo dos anticoncepcionais orais é mais prevalente em mulheres de baixa renda e um nível de escolaridade inferior, devido a precariedade no acesso a informação. Tal achado está associado a fragilidade no repasse de informação em uma consulta de Planejamento Familiar, no qual o enfermeiro por inúmeras vezes prescreve o método contraceptivo já pré-escolhido pelas pacientes ao chegarem na consulta.

Palavras-chave: Anticoncepcionais orais, Conhecimento, Feminino e Enfermagem

ABSTRACT

The aim of this study was to identify women's knowledge regarding health risks caused by the incorrect and prolonged use of oral contraceptives, as well as to highlight the offer of such information, by the health team, in family planning in basic health units. The research was carried out from July to November 2021, in the following databases: Scientific Electronic Library Online, Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences Information and Virtual Health Library. Five articles were included in this work. It was observed that the lack of knowledge about the risks of misuse of oral contraceptives is more prevalent in low-income women with a lower level of education, due to precarious access to information. This finding is associated with the weakness in the transfer of information in a Family Planning consultation, in which the nurse often prescribes the contraceptive method already pre-chosen by the patients when they arrive at the consultation.

Keywords: oral contraceptives, knowledge, female and nursing.

INTRODUÇÃO

Em um contexto histórico, os estudos para o desenvolvimento das pílulas anticoncepcionais femininas se deram na década de 1950 devido a uma ameaça de superpovoamento, onde articulava-se que a população mundial extrapolaria a marca de 8 bilhões de pessoas. No Brasil, a chegada da pílula se deu em meados dos anos 60 e obteve o apoio de toda a mídia da época trazendo assim nova realidade para o público feminino. Com o passar do tempo gerou uma debate em torno da inserção do homem nos métodos contraceptivos, onde em 2008 a ONU (Organização das Nações Unidas) deu início ao teste direcionado a criação de medicamentos contraceptivos masculinos, no qual apresentou eficiência de cerca de 96%. No entanto, houve suspensão dos testes sendo justificados devido aos efeitos colaterais como elevação da libido, acne e alteração de humor, efeitos os quais também são encontrados de forma parcial ou igualitária nas pílulas femininas, as quais são vendidas e distribuídas de forma gratuita no Sistema Único de Saúde (SUS) (FRANCIS et. al, 2018).

O Ministério da Saúde (MS) normatizou a atenção em saúde sexual e reprodutiva por meio do Programa de Planejamento Familiar (PPF) na Atenção Básica (AB), estando regulamentado na

lei 9263/96, onde no art.3º traz que o programa consiste em um conjunto de ações, as quais visam o controle da fecundidade de forma integralizada à saúde da mulher, do homem ou do casal de maneira igualitária. Contudo, essas ações ainda são configuradas unilateralmente, ou seja, só uma das partes tem participação efetiva, visto que por um longo período de tempo as políticas de Planejamento Familiar no Brasil foram voltadas somente as mulheres, gerando a elas o dever diante da concepção e anticoncepção, deixando a figura masculina em segundo plano (DIAS et. al, 2017).

O Sistema Único de Saúde (SUS) cerca de 8 tipos de métodos contraceptivos reversíveis de maneira gratuita, dentre eles são os preservativos feminino e masculino, pílula oral, injetável mensal e trimestral, dispositivo intrauterino (DIU), pílula de emergência, diafragma e os anéis medidores (BRASIL,2016). Porém em razão da facilidade maior de acesso aos anticoncepcionais combinado oral (AOC), atualmente, esse é um dos métodos reversíveis mais utilizados no país, no qual podem apresentar alguns benefícios, como controle da dismenorréia, doenças benignas da mama, anemia ferropriva, entre outros (BRANDT et. al., 2016).

No entanto, por serem conhecidos por inibirem a

ovulação mediante hormônios sintéticos de estrógeno ou progesterona, estudos apontam que, os AOCs podem apresentar algumas reações adversas como: aumento de peso, depressão, queda da libido, aparecimento de cravos e espinhas e o aumento do colesterol Low Density Lipoproteins (LDL) (BRANDT et. al., 2016). Já em mulheres com predisposição a doenças cardiovasculares apresentam risco de trombose venosa e em casos de uso prolongado (mais de 12 anos) poderá acarretar no desenvolvimento do adenocarcinoma in situ do colo uterino. Também observa que usuárias hipertensas, fumantes e com idade superior a 35 anos se encontram com predisposição a ter um acidente vascular encefálico (AVE), devido a presença de estrogênio na composição dessas pílulas. Tais implicações gera um aumento na descontinuação no uso do método (ALMEIDA; ASSIS, 2017). De acordo com a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (2018), cerca de 100 milhões de mulheres usam pílulas anticoncepcionais. Dentre elas, a grande maioria faz uso de maneira inadequada ou irregular, devido a facilidade do acesso. Outras buscam o método por conta própria, sem orientação médica, ao iniciar sua vida sexual. Para a eficácia e redução dos riscos enquanto ao uso dos contraceptivos orais, a mulher, juntamente com o profissional de saúde, ao

escolher o método devem levar em consideração vários fatores, sendo eles: idade, quantidade de filhos, tolerância e a presença de doenças crônicas que podem agravar com o uso da pílula (BORGES; SABINO; TAVARES, 2016).

O conhecimento por parte das usuárias sobre o uso correto e efeitos colaterais dos AOCs também estão relacionados à escolaridade e renda mensal das mesmas. No qual mulheres com nível escolar mais alto tem um conhecimento mais amplo sobre o assunto quando comparadas as com níveis e rendas mais baixas. Evidenciando ainda mais a necessidade de uma educação sexual mais efetiva quanto aos anticoncepcionais orais nas escolas e a disponibilização de serviços que facilitem o acesso feminino com um especialista da área, a fim de diminuir o uso errôneo dos métodos contraceptivos (ALMEIDA; ASSIS, 2017).

Uma informação de boa qualidade e a disponibilização de alternativas contraceptivas, são pontos fundamentais no planejamento familiar. O papel do enfermeiro neste aspecto se dá na importância da promoção à saúde, onde sua prática consiste em dar orientação e informação de maneira adequada para mulheres em uso de AOCs. Onde as pacientes deverão ter esclarecimentos referente ao modo de uso, eficácia, como funciona, efeitos colaterais, riscos e benefícios para a saúde

e sinais e sintomas indicativos de retorno ao serviço (TAMBORIL et.al., 2015).

Contudo, ao se deparar em uma consulta de planejamento familiar, observa-se que há uma cultura de prevenção, onde o profissional de saúde apenas prescreve o método a ser utilizado, não havendo o repasse de informações referentes aos efeitos colaterais comumente ao uso dos AOCs (TINTORI et. al., 2016). Com isso, a promoção da saúde em torno da fecundidade de maneira adequada e de qualidade por parte da equipe de saúde nas Unidades de Saúde da Família (USF), são fundamentais para uma maior aceitabilidade e redução de riscos à saúde da mulher. Tendo em vista que a falta de informação e imaturidade além do favorecimento no surgimento de gravidez indesejadas, também se associam ao aumento das complicações ao uso (FREITAS; GIOTTO, 2018).

Diante do exposto, o presente trabalho teve o objetivo de identificar o conhecimento feminino referente aos riscos à saúde causado pelo uso incorreto e prolongado dos anticoncepcionais orais, como também busca evidenciar a oferta de tais informações por parte da equipe de saúde no planejamento familiar das unidades básicas de saúde por meio de uma revisão de literatura.

O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, no qual consiste em determinar o conhecimento atual referente a uma temática específica, visto que é conduzida a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos sobre o mesmo assunto, que contribuirá para um possível benefício na qualidade de assistência prestada ao paciente. São utilizado seis formas no processo de elaboração da revisão, onde na 1ª fase: Elaboração da pergunta norteadora e tema; 2ª fase: buscas ou amostragem na literatura, seguindo os critérios de inclusão e exclusão definidas; 3ª fase: coleta de dados; 4ª fase: a análise crítica dos estudos incluídos; 5ª fase: discussão dos resultados e por fim 6ª fase: apresentação (SOUZA et. al., 2010).

A pesquisa foi realizada em três bases de dados no período de julho à novembro de 2021, sendo elas Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino- Americana e do Caribe de informação em Ciências da saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os seguintes descritores presentes no Descritores da Ciência e da Saúde (DECS): anticoncepcionais orais, conhecimento, feminino e enfermagem, no qual permitiu um resumo das literaturas teóricas e seu desenvolvimento conforme o quadro 1.

MATERIAIS E MÉTODOS

Quadro 1- Estratégias geradas a partir dos descritores.

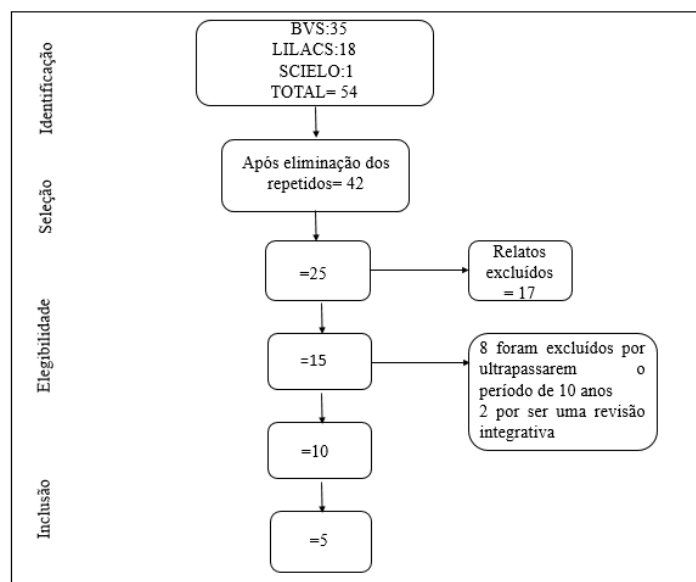
Base de Dados	Estratégia
LILACS	"anticoncepcional oral" AND conhecimento and feminino.
BVS	#1:"anticoncepcional oral" AND conhecimento AND feminino #2:"anticoncepcional oral" AND conhecimento AND enfermagem Estratégia:#1 AND #2
SCIELO	#1:"anticoncepcional oral" AND conhecimento AND feminino #2:"anticoncepcional oral" AND feminino #3:"anticoncepcional oral" AND conhecimento and enfermagem Estratégia:#1 AND #2 AND #3

Conforme a estratégia PICO, onde o "P" define mulheres, "I" uso de anticoncepcionais orais, "C" identificar o conhecimento, "O" riscos causados pelos AOCs, foi construído a seguinte pergunta norteadora: O público feminino reconhece os riscos à saúde, ao utilizar anticoncepcionais orais de forma incorreta e a longo prazo? Foi considerado como critérios de inclusão artigos completos, originais na linguagem íntegra de português, publicados nos últimos 10 anos. Foram excluídos artigos de revisão integrativa, teses, dissertações, monografias

e manuais do ministério da saúde, artigos que não tragam relações em torno do conhecimento feminino enquanto ao uso errôneo dos contraceptivos orais e artigos baseados em pesquisa de campo.

Para a apresentação da análise de dados foi utilizado fluxograma PRISMA, que consiste em um checklist com o objetivo de melhorar a narrativa de revisões sistemáticas e meta-análises conforme o fluxograma abaixo (FIGURA 1):

Figura 1 - Fluxograma do processo de seleção dos estudos primários adaptado do Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses (PRISMA*), Olinda - PE, 2021.



Foram encontrados ao todo 54 estudos nas bases de dados. Após aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, verificou-se que 12 estudos estavam em duplicidade, 17 não estavam relacionados ao tema, 8 ultrapassaram o período de dez anos e 2 se tratavam de revisão integrativa. Dos 10 restantes 5 se tratavam do tema sem relacionar ao objetivo central, ou seja, falavam sobre os anticoncepcionais orais, mas não trazia informações inerentes sobre o conhecimento referente aos seus riscos pelas usuárias, restando então 5 artigos. Sendo assim, quanto à inclusão, estabelecemos artigos com contribuições relevantes, colaborando com a compreensão e coerência com a pergunta norteadora.

RESULTADOS

Foram analisados 05 artigos publicados nas bases de dados das quais serviram de processo para coleta de dados: LILACS, BVS. Nos artigos encontrados referentes ao conhecimento, mulheres com maior poder aquisitivo e alto nível de escolaridade possuíam mais conhecimento a respeito dos AOCs em comparação com as de renda baixa e pouca escolaridade, mas sobre as complicações causadas quanto ao uso prolongado ou de maneira inadequada, ambos os perfis não possuem entendimento a respeito. Contatou-se que uma consulta

de planejamento familiar eficaz é necessária para que haja mulheres mais informadas sobre os diversos métodos contraceptivos disponíveis e conhecimento dos riscos quanto ao uso errôneo dos AOCs. O quadro abaixo demonstra o material selecionado segundo título, autor, ano de publicação, objetivo, metodologia e resultados (Quadro2):

DISCUSSÃO

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS, 2006) revelou que a alta taxa de fecundidade correspondiam a mulheres com rendimento familiar mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e com baixo nível de escolaridade. Tal achado reflete no conhecimento a respeito do método contraceptivo oral, associado a precariedade no acesso à informação devido ao nível de escolaridade, onde segundo Nicolau et.al. (2012) mulheres com baixa escolaridade possuem menos acesso a informações a respeito dos AOCs. Tal realidade foi ratificada por estudo realizado com 262 acadêmicas de saúde, com ensino superior incompleto, em que constatou conhecimento considerável ou superior acerca do uso correto de anticoncepcionais orais e seus efeitos colaterais. Entretanto, quanto a respeito das complicações causadas pelo mesmo, se nota a inexistência do conhecimento

Quadro 2: Levantamento dos artigos elegidos para Discussão

Título	Autor	Ano	Objetivo	Metodologia	Resultado
Conhecimento, atitude e prática de mulheres residentes no meio rural acerca dos métodos contraceptivos	Nicolau <i>et.al.</i>	2012	Verificar o conhecimento, a atitude e a prática de mulheres residentes em uma comunidade rural quanto a métodos contraceptivos.	Estudo avaliativo do tipo Conhecimento, Atitude e Prática (CAP) de corte transversal e abordagem quantitativa.	A forte concentração na pílula pode ser atribuída, a carência de um programa de planejamento familiar adequado, em que sejam fornecidas informações suficientes ao cliente sobre outros métodos existentes e sua disponibilidade. Onde as mulheres com pouco poder aquisitivo e baixa escolaridade possuíam menos acesso a tais informações.
Atuação do enfermeiro na prescrição de contraceptivos hormonais na rede de atenção primária em saúde	Dombrowski <i>et.al.</i>	2013	Conhecer e analisar a atuação do enfermeiro na prescrição dos contraceptivos hormonais reversíveis na Rede de Atenção Primária a Saúde	Estudo transversal e descritivo, tendo como sujeitos 64 enfermeiros lotados nas unidades assistenciais no município de Rio Branco-Acre.	Os enfermeiros nas unidades de atenção primária à saúde do município de Rio Branco foram questionados quanto à prescrição de anticoncepcionais baseada a escolha do método contraceptivo, sendo a resposta “escolha da cliente” foi a mais utilizada para prescrição dos MAC.
Conhecimento de usuárias de anticoncepcional oral combinado de baixa dose sobre o método	Americo <i>et.al.</i>	2013	Identificar o conhecimento de usuárias de anticoncepcional oral combinado sobre uso correto, efeitos colaterais e complicações	Estudo transversal, desenvolvido em Fortaleza, Ceará, Brasil, de março a julho de 2010, com 294 mulheres.	O predomínio de conhecimento “substancial” sobre o uso correto e os efeitos colaterais relativos ao AOC de baixa dose entre as participantes pode se dever, em parte, ao investimento do Ministério da Saúde nessa área do cuidado,

			relacionados a esse uso.		recomendando aos profissionais da saúde a realização de atividades educativas sobre as características gerais dos MACs.
Diagnóstico de enfermagem Conhecimento Deficiente em usuárias de anticoncepcional oral combinado	Tamboril <i>et.al.</i>	2015	analisar a acurácia das características definidoras do diagnóstico de enfermagem "Conhecimento Deficiente" em usuárias de AOC	Estudo transversal realizado com 97 mulheres em idade fértil em centro de saúde da família do nordeste brasileiro	Quanto aos fatores relacionados o de maior prevalência nesse estudo foi "interpretação errônea de informações". Fato que reflete a fragilidade da assimilação das orientações fornecidas pelos profissionais da saúde às mulheres.
Conhecimento sobre os efeitos dos contraceptivos hormonais por acadêmicas da saúde	Borges <i>et.al.</i>	2016	Identificar o conhecimento de acadêmicas da saúde sobre os efeitos colaterais relacionados à sexualidade causados por métodos contraceptivos orais.	Estudo quantitativo e prospectivo com 262 acadêmicas de cursos de graduação em enfermagem e medicina.	Quanto ao conhecimento da existência dos efeitos colaterais, os cálculos estatísticos não evidenciaram correspondência entre o conhecimento da acadêmica sobre os efeitos indesejados da pílula e o curso da graduação que frequentava.
Tecnologia educacional sobre contracepção oral: construção compartilhada com enfermeiros da assistência reprodutiva	Rodrigues <i>et.al.</i>	2019	Descrever conhecimentos e práticas de enfermeiros no contexto da contracepção oral e construir, de forma compartilhada.	A abordagem foi qualitativa, e o estudo, do tipo descritivo, com interface com práticas pedagógicas.	Contatou-se que os enfermeiros têm amplo conhecimento com relação à contracepção oral. E suas práticas, embora pertinentes ao que está preconizado para essa clientela, encontram-se dificultadas pelas condições de trabalho em suas Unidades.

em ambos perfis socioeconômicos (BORGES; SABINO; TAVARES, 2016).

A prevalência no uso dos AOCs é crescente devido a uma estratégia de planejamento familiar inadequada, no qual não ocorre o repasse de informações sobre os demais métodos que podem ser utilizados por essas mulheres e seus parceiros (NICOLAU et.al., 2012). Por se tratar de um método disperso entre a população feminina, sua utilização ocorre de maneira prática e sem prescrição por um profissional de saúde. Uma pesquisa realizada com 284 mulheres da rede pública de saúde do município de Maringá-PR, corrobora com tal afirmação onde foi constatado que apenas cerca de 88 mulheres entrevistadas receberam orientação médica quanto ao uso da pílula. Ainda evidencia a recorrência do uso por mulheres mais jovens com idade entre 15 a 34 anos (SOUZA et.al., 2006).

Segundo a resolução COFEN-271/2002, o enfermeiro está respaldado quanto à prescrição de medicamentos, dentre eles os anticoncepcionais. De acordo com Dombrowski et.al. (2013), dentre os enfermeiros que efetuavam prescrição dos anticoncepcionais nas UBS, em Rio Branco-AC, apenas 15 relataram que prescrevem AOCs, onde 36% dos entrevistados afirmaram que a escolha se dava por parte da cliente. Tal resultado leva a reflexão sobre o intuito de práticas educativas mais

eficazes, visto que o estudo aponta a escolhas pré-definidas por pacientes ao serem consultadas nas UBS. Estudo realizado com mulheres de um serviço público de saúde ratifica esta afirmação ao evidenciar, que cerca de quase todas as entrevistadas buscavam o serviço de saúde já com a escolha do método contraceptivo e cerca de 9,6% saem da consulta usando outro método (OSIS et.al., 2004).

Pesquisa realizada em um centro de saúde da família no Nordeste identificou que dentre as mulheres entrevistadas houve uma prevalência no Diagnóstico de Enfermagem "Seguimento inadequado de instruções" tendo como fator relacionado à interpretação errada sobre as informações recebidas (TAMBORIL, et. al., 2015). Brandt et. al. (2016) testifica tal achado ao apresentar uma análise, no qual aponta que cerca de 48% das mulheres entrevistadas em uma UBS, ao se depararem com algum efeito adverso após ingestão da pílula, não realizaram a troca do método. Onde diante desta circunstância o indicado seria a ingestão de uma nova pílula ou outro método contraceptivo que não causasse dano a saúde da paciente e nem interferisse em sua eficácia.

Nicolau et.al. (2012) em seu estudo constata que ao avaliar o conhecimento entre as participantes a respeito do uso correto dos AOCs, 14 delas relataram fazer de maneira errônea. Tendo como agravante

quando verificados que grande parte das usuárias fazem uso da pílula por mais de um ano sem acompanhamento por algum profissional.

Evidencia-se o papel importante dos profissionais de saúde quanto à orientação sobre contraceptivos e sua utilização correta, sobretudo para cidadãos com menor poder aquisitivo e baixo acesso à informação (SANTOS; VIEIRA, 2008). Onde Dombrowski et.al. (2013) afirma que, os enfermeiros carecem estar capacitados, com o intuito de haver um repasse de informação mais eficaz e adequada como: palestras e distribuição de cartilhas para que seja levado pelas pacientes como forma de lembrete do que tenha sido abordado na explicação. Sempre atentando às particularidades e condições de vida de cada paciente, para que haja uma escolha de maneira livre e adequada. Em objeção a afirmação anterior, constatou em uma pesquisa realizada em nove unidades da ESF, que os enfermeiros detêm de conhecimento e domínio referente aos contraceptivos orais, e suas práticas educativas em saúde são apropriadas e preconizadas pelo Ministério da Saúde (RODRIGUES; TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2019).

A desmotivação por parte dos profissionais de saúde em desenvolver atividades educativas no planejamento familiar, ocasiona a carência no acesso a conhecimento científico a respeito dos métodos

contraceptivos e que este desinteresse está ligado a falta de estrutura física e materiais adequados para realização destas atividades nas UBS (RODRIGUES; TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2019). Outro fator está associado ao enfermeiro não ter conhecimento suficiente a respeito dos limites e práticas profissionais que estão respaldados pela legislação, acarretando na diminuição e limitação de sua autonomia enquanto profissional (DOMBROWSKI; PONTES; ASSIS, 2013).

Entretanto, estudo realizado com 21 enfermeiros de uma Unidade de ESF do Belém-PA, constatou que os profissionais reconhecem que para obterem êxito nas informações repassadas é fundamental que haja uma adaptação à realidade das usuárias envolvendo sua cultura e nível de escolaridade (RODRIGUES; TEIXEIRA; NOGUEIRA, 2019). Nicolau et.al. (2012) atesta tal afirmação concluindo que para um incentivo na presença do planejamento familiar, deve-se ser acordado observações inerentes às condições socioculturais das pacientes e escolhas dos métodos contraceptivos baseados nas informações e orientações do profissional de saúde. Uma fundamentação pedagógica que reafirma tais pesquisas é conhecida como Círculo de Fogo, no qual tem como objetivo através do diálogo que se possa ensinar e aprender ao mesmo tempo, onde ao invés de

apenas repassar o conhecimento também conheça a realidade em que se está inserido. Sendo um ambiente no qual todos possam ler, falar e escrever o mundo, havendo exposição, pesquisa, trabalho e vivências que proporcionam a concepção coletiva do conhecimento (FREIRE, 1991). Dessa forma, a realização de rodas de debates entre as mulheres, juntamente com os profissionais de saúde, poderá facilitar as trocas de experiências, bem como a formação de um ambiente apropriado e acolhedor para retirada de dúvidas e exposição de vivências. Resultando em uma transferência de conhecimento mais eficiente para as pacientes quanto ao uso correto dos anticoncepcionais orais.

CONCLUSÃO

A pesquisa trouxe fundamentação teórica de vários autores a respeito do conhecimento feminino referente aos riscos causados pelo uso errôneo dos AOCs. Observou-se que a carência no conhecimento sobre os riscos no uso errôneo dos AOCs é mais prevalente em mulheres de baixa renda e um nível de escolaridade inferior, devido à precariedade no acesso à informação. Tal achado está associado a fragilidade no repasse de informação em uma consulta de Planejamento Familiar, no qual o enfermeiro por inúmeras vezes prescreve o

método contraceptivo já pré-escolhido pelas pacientes ao chegarem na consulta. Juntamente a isto, achados apontam a falta de materiais e estruturas adequadas para transmitir conhecimentos a respeito do assunto, que seja adequado às pacientes que procuram uma Unidade Básica de Saúde.

Diante disso, pode-se destacar que os profissionais de saúde é de suma importância quanto ao repasse do conhecimento a respeito dos riscos causados pelo uso incorreto dos AOCs, visto que o público feminino tem buscado tal método por conta própria. Também se faz necessário o aprimoramento na sua capacidade de comunicação com os usuários, no qual possuem um papel primordial na garantia de informar de maneira adequada o público feminino a respeito de suas escolhas quanto aos métodos contraceptivos.

Este estudo evidenciou a necessidade de mais estudos voltados ao tema em questão, posto que houve a dificuldade em dispor de um maior quantitativo de pesquisas a respeito do conhecimento feminino em torno dos riscos causados pelos AOCs, juntamente com conteúdos mais atualizados sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. F.; ASSIS, M. M. Efeitos colaterais e alterações fisiológicas relacionadas ao uso contínuo de anticoncepcionais hormonais orais. Revista Eletrônica Atualiza Saúde,

Salvador, v. 5, n. 5, p. 86-90, 2017. Disponível em:<<http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2017/01/efeitos-colaterais-e-alteracoes-fisiologicas-relacionadas-ao-uso-contínuo-de-anticoncepcionais-hormonais-orais-v-5-n-5.pdf>>. Acesso em: 16 de março de 2021.

AMÉRICO, C. F. et. al. Conhecimento de usuárias de anticoncepcional oral combinado de baixa dose sobre o método. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 21(4), Jul.-Ago, 2013. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/rlae/a/myCKJdCfwdBYNMmpvQm5hKB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

BORGES, M. C.; SABINO, A. M. N. F.; TAVARES, B. B. Conhecimento sobre os efeitos dos contraceptivos hormonais por acadêmicas da saúde. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 30, n. 4, p. 1-11, out./dez. 2016. Disponível em:<<https://pesquisa.bvsalud.org/portaI/resource/pt/biblio-1029980>>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

BRANDT, G. P.; RODRIGUES, A. P.; BURCI, L. M. Conhecimento de usuárias de anticoncepcionais orais acerca de hábitos e interações medicamentosas em uma unidade básica de saúde. *Visão Acadêmica*, Curitiba, v.17, n. 4, 2016. Disponível em:<<https://revistas.ufpr.br/academica/article/view/50667>>. Acesso em: 15 de março de 2021.

BRASIL. Lei 9.263 de janeiro de 1996. Lei de Regulamentação do Planejamento Familiar, Brasília, 1996. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm>. Acesso em: 08 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:<<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/materias-especiais/51645-saiba-mais-sobre-os-metodos-contraceptivos-oferecidos-pelo-sus>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

DIAS, M. G. et. al. A participação masculina no planejamento familiar. *HU Revista*, Juiz de Fora, v. 43, n. 4, p. 349-350, 2017. Disponível em:<<https://doi.org/10.34019/1982-8047.2017.v43.13866>>. Acesso em: 10 de março de 2021.

DOMBROWSKI, J. G; PONTES, J. A. & ASSIS, W. A. L. M. Atuação do enfermeiro na prescrição de contraceptivos hormonais na rede de atenção primária em saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 2013, v. 66, n. 6, pp. 827-832. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000600003>>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

FEBRASGO. Federação brasileira das associações de ginecologia e obstetrícia, 2018. Disponível em:<<https://www.febRASGO.org.br/pt/noticias/item/637-a-evolucao-da-pilula>>. Acesso em: 17 de março de 2021.

FRACIS, N. et. al. Patriarcalismo contraceptivo propagado no século XXI. *Iniciação Científica da Universidade do Vale do Paraíba*, Paraíba, 2018. Disponível em:<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2018/anais/arquivos/RE_0381_0882_01.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2021.

FREIRE, P. Educação como prática de liberdade. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREITAS, F. S.; GIOTTO, A. C. Conhecimento sobre as consequência do uso de anticoncepcional hormonal. *Revista Iniciação Científica e Extensão*, v. 1, n. 2, p. 91-5, Jul-Dez, 2018. Disponível em <<https://revistasfasesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/56>> Acesso em: 05 de junho de 2021.

GALVÃO T.F., PANSANI T.S.A., HARRAD D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiol. Serv. Saúde* [Internet]. 2015 [acesso 15 Dez 2019]; 24(2):335-342. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742015000200017>.

NICOLAU, A. I. O. et. al. Conhecimento, atitude e prática de mulheres residentes no meio rural acerca dos métodos contraceptivos. *Revista Eletrônica de Enfermagem* [Internet]. 2012jan/mar;14(1):164-70. Disponível em:<

<http://www.fen.ufg.br/revista/v14/n1/v14n1a19.htm>>. Acesso em: 17 de novembro 2021.

OSIS, M.J.D. et al. Escolha de métodos contraceptivos entre usuárias de um serviço público de saúde. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2004, v. 20, n. 6, pp. 1586-1594. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2004000600016>>. Acesso em: 17 de novembro 2021.

Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. PNDS-2006: cai a taxa de fecundidade no Nordeste. Brasília, DF: Agência Saúde/Demografia e Saúde [Internet]. 2008. Disponível em:< <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pndsnordeste.pdf>>. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

RESOLUÇÃO COFEN-271/2002 – Revogada pela RESOLUÇÃO COFEN-317/2007. Regulamenta ações do Enfermeiro na consulta, prescrição de medicamentos e requisição de exames. Disponível em:< http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-2712002-revogada-pela-resoluco-cofen-3172007_4308.html>. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

RODRIGUES, I. L. A.; TEIXEIRA, L. F. S.; NOGUEIRA, L. M. V. Tecnologia educacional sobre contracepção oral: construção compartilhada com enfermeiros da assistência reprodutiva. *Rev. pesqui. cuid. fundam.* (Online) ; 11(1): 53-58, Jan.-Mar, 2019. Disponível em:<<http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/6452/pdf>>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

SANTOS, M.A.; VIEIRA, E.M. Aconselhamento em contracepção:

grupo de capacitação de profissionais médicos do Programa de Saúde da Família. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*, v.12, n.26, p.589-601, Jul.-Set, 2008. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/icse/a/z7zcL98b8nyY6kbWKQy5cvD/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 de novembro de 2021.

SOUZA, J. M. M. et al. Utilização de métodos contraceptivos entre as usuárias da rede pública de saúde do município de Maringá-PR. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia* [online]. 2006, v. 28, n. 5 , pp. 271-277. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-72032006000500002>>. Acesso em: 16 de novembro de 2021.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n.1, Pt.1, p. 102-106, 2010. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

TAMBORIL, A.C.R, et. al. Diagnóstico de enfermagem Conhecimento Deficiente em usuárias de anticoncepcional oral combinado. *Rev. Eletr. Enf.* [Internet]. 2015 out. /dez. ;17(4). Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i4.31786>>. Acesso em: 04 de outubro de 2021

TINTORI, J. A. et. al. Conhecimento, utilização e orientação sobre métodos contraceptivos com mulheres. *Rev. Ed. Popular, Uberlândia*, v. 15, n. 1, p. 169-179, 2016. Disponível em: < <file:///C:/Users/Wagner/Downloads/35691-Texto%20do%20artigo-145797-1-10-20160901.pdf>> Acesso em: 24 de abril de 2021.